

REDES SOCIAIS

Plataformas ignoram debate sobre regulação

Big techs desconhecem convite da AGU. Messias diz que têm até sexta para manifestações

» VINICIUS DORIA

As big techs não responderam ao convite da Advocacia-Geral da União (AGU) para que participassem, ontem, da audiência pública convocada pelo governo para debater a regulamentação das redes sociais no Brasil. O encontro recebeu mais de 200 inscrições de representantes de entidades governamentais e da sociedade civil ligadas ao tema. As grandes plataformas, porém, não deram nenhuma explicação aos anfitriões sobre o motivo do não comparecimento.

O advogado-geral da União, Jorge Messias, minimizou a ausência e disse que o governo continua aberto ao diálogo sobre regulamentação e moderação de conteúdos nas redes. “Eles (as big techs) têm o direito de vir ou não vir. Não vieram, mas podem mandar subsídios até sexta-feira” disse, após reafirmar que “o governo brasileiro continuará dialogando com todas as plataformas, como sempre fez”.

Para o ministro, o objetivo do governo é “encontrar uma solução que dê segurança a todos os brasileiros”. Sobre a ausência da Meta — dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp —, que anunciou, há duas semanas, o fim dos mecanismos de checagem de fatos e de moderação de conteúdo, Messias disse que não compromete o debate.

“As portas da AGU e do governo federal estão sempre abertas para dialogar com todas as empresas que aqui participem do ambiente de negócios brasileiro e que tenham essa disposição”, frisou.

Com a audiência, a AGU espera levantar subsídios para apresentar ao Supremo Tribunal Federal (STF), que julga a constitucionalidade do artigo 19 do Marco Civil da Internet — e segundo interpretação das próprias plataformas, as isentas dos conteúdos que publicam. A Advocacia-Geral participa desse julgamento como “amicus curiae”, ou seja, é parte interessada.

A decisão da Meta e a

Emanuelle Sena/AscomAGU



(As big techs) têm o direito de vir ou não. Não vieram, mas podem mandar subsídios até sexta-feira. O governo brasileiro continuará dialogando com todas as plataformas, como sempre fez. As portas da AGU e do governo federal estão sempre abertas para dialogar com todas as empresas que participem do ambiente de negócios e que tenham essa disposição”

Jorge Messias, advogado-geral da União

presença dos donos das principais plataformas na posse do presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, levantaram questionamentos sobre o poder econômico e político que essas empresas passam a deter com o apoio incondicional do novo governo norte-americano. Foi, também, um dos aspectos mais citados pelos debatedores na audiência, por causa do risco de que conteúdos falsos ou discursos de ódio, violência e discriminação passem a circular ostensivamente.

“Nos preocupa muito a expansão do racismo, da misoginia, dos preconceitos mais variados. É fundamental que possamos avançar na direção de ambientes digitais seguros e que respeitem os direitos humanos”,

disse a ministra de Direitos Humanos e Cidadania, Macaé Evaristo, na abertura da audiência.

Vácuos legais

Um dos consensos é a falta de dispositivos legais no Brasil que normatizem a atuação das big techs e estabeleçam limites que impeçam a circulação de conteúdos que estimulem ódio e preconceito, e ameacem as camadas mais vulneráveis da população. Para os debatedores, o que é considerado crime no mundo real deve ter o mesmo tratamento no ambiente virtual.

Bia Kira, professora de direito na Universidade de Sussex (Inglaterra) e especialista em direito digital, citou a nova legislação britânica sobre o tema, que

define com clareza o que não pode circular nas redes. “Se um conteúdo é ilegal deve ser proibido”, resumiu. Por causa de leis como essa, a Meta não incluiu o Reino Unido e os países da União Europeia (que também têm leis rigorosas) nas novas diretrizes de publicação de conteúdos. Para ela, o Brasil também precisa de uma legislação que estabeleça esses limites.

Laura Schertel, professora de direito digital da Universidade de Brasília (UnB) e do IDP, reforçou a avaliação de que a legislação brasileira é frouxa para balizar a atividade das big techs. Ela defendeu a necessidade de criação de uma “entidade independente” para “regular esses conteúdos de forma sistêmica”, e não individualmente. “Temos que aprender a lidar com esses conteúdos criminosos”, advertiu.

Para Jorge Messias, essa é uma questão prioritária para o governo. “Colocaremos nossos esforços para que isso seja uma realidade, para que mães e pais de família possam ficar mais tranquilos com as crianças; que os comerciantes fiquem mais tranquilos e seguros na realização de negócios; que os consumidores se sintam mais protegidos na realização de operações diárias utilizando essas plataformas; e que a sociedade em geral sintam que pode confiar”, observou.

Facilidade a ‘post’ de ódio e supremacista

» GABRIELLA BRAZ

Reportagem da agência de checagem Aos Fatos aponta que o novo manual da Meta — dona do Facebook, do Instagram e do WhatsApp — pode permitir discursos de ataque contra minorias, com frases como “eu odeio mulheres” ou, até mesmo, afirmações supremacistas, do tipo “brancos são melhores do que negros”. A big tech anunciou suas novas diretrizes em 7 de janeiro prevendo a redução da moderação e o fim da checagem de conteúdo.

Segundo a agência, o primeiro ponto a ser destacado entre as mudanças da Meta é a substituição do termo “discurso de ódio” por “conduta de ódio”. A diferença entre um e outro é que o discurso refere-se às manifestações preconceituosas, enquanto que a conduta é uma ação criminosa que pode ser estimulada pelos discursos.

Ao anunciar as mudanças, a big tech afirmou que as regras anteriores eram muito severas e restringiam debates que considerava importantes. “As plataformas da Meta são construídas para serem lugares em que as pessoas podem se expressar livremente. Isso pode ser um pouco caótico. Em plataformas nas quais bilhões de pessoas podem ter voz, tudo o que é bom, ruim e feio está exposto. Mas isso é a livre expressão”, salientou.

Nas novas diretrizes, a Meta

Sebastien Bazon/AFP



Meta argumenta que mudança deu-se porque regras eram muito severas

retirou uma série de expressões que não poderiam ser utilizadas contra as chamadas “características protegidas” — são elas: raça, etnia, nacionalidade, deficiência, afiliação religiosa, casta, orientação sexual, sexo, identidade de gênero e doença grave. Assim, frases como “eu odeio” ou “eu desprezo” não estão mais vetadas.

A nova versão das diretrizes, segundo a agência Aos Fatos, também passa a permitir discursos de superioridade — como “homens são superiores

a mulheres” ou “brancos são superiores a negros”. Permite, ainda, “alegações de doença mental ou anormalidade quando baseadas em gênero ou orientação sexual, dado o discurso político e religioso sobre transgêneros e homossexualidade”.

As diretrizes permitem, ainda, conteúdos que pregam a exclusão e a segregação de classes. Na parte referente a esses conteúdos, a Meta criou exceções que permitem defender “limitações de gênero em empregos

» Falso vídeo de Haddad é retirado

O TikTok removeu um vídeo manipulado por inteligência artificial (IA) que simulava o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, fazendo declarações falsas sobre “taxação de pobres” e “impostos do cachorrinho de estimação”. A plataforma retirou o conteúdo na última terça-feira, menos de 24 horas depois da notificação da Advocacia-Geral da União (AGU) — segundo a qual o vídeo incorre em desinformação, ao ser produzido com IA, mostra fato não condizente com a realidade e busca confundir a população. A fala de Haddad foi adulterada pela tecnologia de deepfake, que sobrepõe a voz e os movimentos dos lábios via inteligência artificial.

militares, policiais e de ensino” e “com base na orientação sexual, quando o conteúdo é baseado em crenças religiosas”.

As novas orientações da Meta alegam que “não é certo que coisas possam ser ditas na tevê ou no plenário do Congresso, mas não em nossas plataformas”. Segundo a empresa, as novas regras favorecem a liberdade de expressão e o livre debate.

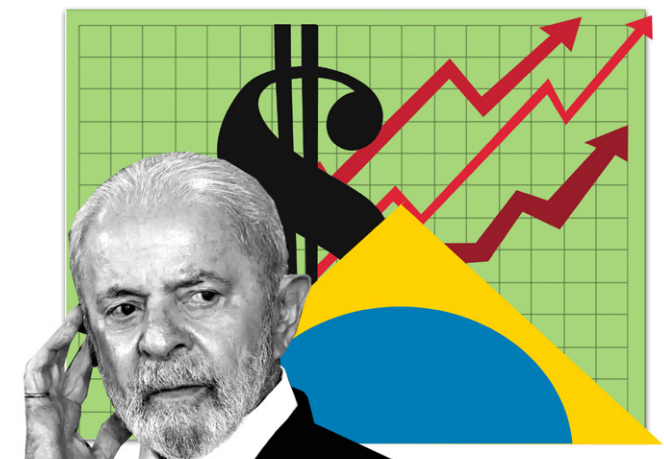
Procurada, a Meta respondeu com um link no qual explica as mudanças, intitulado “Mais expressão e menos erros”.

NAS ENTRELINHAS

Por Luiz Carlos Azedo



Luizazedo.df@dabr.com.br



Governo Lula continua batendo cabeça na economia

Não tem como não lembrar do velho samba de Noel Rosa: “Quem é você que não sabe o que diz?/Meu Deus do Céu, que palpíte infeliz!”.

Mais uma patacoada do governo na área econômica, depois de uma semana em que foi nocauteado nas redes sociais com a história da fiscalização do Pix, por uma onda de fake news contra o governo, por causa de uma zelosa instrução normativa da Receita: o ministro-chefe da Casa Civil, Rui Costa, empoderado como se fosse um primeiro-ministro, anunciou que o governo federal fará “intervensões” para reduzir o preço dos alimentos.

Segundo o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), o preço dos alimentos ficou 8,23% mais caro no acumulado de 2024, acima dos 4,83% do índice geral. A inflação da comida que vai para a mesa dos pobres assombra o presidente Luiz Inácio Lula da Silva, ainda mais depois da história do Pix, porque é um assunto que atinge diretamente sua principal base eleitoral — os brasileiros com renda de até dois salários mínimos.

A onda de boatos de que o governo cobraria impostos dos trabalhadores informais que utilizam o Pix, pela primeira vez, havia criado um ambiente adverso para Lula junto aos seus eleitores mais fiéis. Por essa razão, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, acabou muito desgastado. E o ex-governador baiano, que controla o Palácio do Planalto, saiu fortalecido na longa queda de braço que mantém com a equipe econômica para não cortar gastos do governo, principalmente do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), que está sob sua gestão. Nenhuma medida governamental, agora, pode ser divulgada sem autorização de Rui Costa.

“A princípio, nós vamos fazer algumas reuniões com o ministro da Agricultura, com o ministro do Desenvolvimento Agrário, que pega as pequenas propriedades, e o Ministério da Fazenda, para a gente buscar um conjunto de intervenções que sinalizem para um barateamento dos alimentos”, declarou Costa, no programa *Bom Dia, ministro*, da EBC.

Como sempre, a soberba põe tudo a perder. O ministro da Casa Civil discorreu sobre a inflação de alimentos como se tivesse uma varinha de condão para resolver o problema. Destacou o impacto da exportação e do aumento do poder aquisitivo para a subida dos preços, e disse esperar que, com a safra de 2025, vários alimentos fiquem mais baratos.

Com razão, atribuiu a alta nos preços a questões climáticas, como as enchentes no Rio Grande do Sul, que destruíram parcela considerável da produção de arroz. Sim, eventos extremos foram a principal causa, com impacto na produção de café, carne, leite, frutas, entre outros produtos.

“As redes de supermercados sugeriram algumas medidas, e nós vamos implementá-las agora, neste primeiro bimestre. Vamos, a partir dessas primeiras reuniões, ouvindo também os produtores, buscar medidas que consigam reduzir o preço dos alimentos”, disse ainda Rui Costa, sem especificar nada, como se fosse o ministro da Fazenda, a quem cabe coordenar a área econômica do governo.

Maldição econômica

Tabelar preços de alimentos é uma maldição, o último estágio da perda de controle da inflação, depois do congelamento de tarifas públicas e preços dos combustíveis com o mesmo objetivo. Diante do zunzunzum que se formou no mercado, à tarde, a assessoria da Casa Civil mitigava as declarações de Costa, que teria usado uma expressão inadequada — “intervensões” em vez de “medidas”.

Porém, não veio a público admitir que havia falado bobagem. Diria Noel, ao final de *Palpite Infeliz*, um de seus sambas mais antológicos: “Pra que ligar a quem não sabe/ Aonde tem o seu nariz?”

Na verdade, o governo foi salvo, ontem, pela queda do dólar, que voltou ao patamar inferior a R\$ 6,00, uma excelente notícia para Haddad. A moeda norte-americana encerrou o dia cotada a R\$ 5,94, menor valor desde 27 de novembro, quando ficou em R\$ 5,91. Na mínima da sessão de ontem, chegou também a R\$ 5,91. Esse resultado foi atribuído às declarações do novo presidente dos Estados Unidos, Donald Trump, que reforçou a promessa de impor tarifas de 10% à China e à União Europeia. Também considerou alíquotas de até 25% contra o México e o Canadá.

Como não assinou nenhuma medida efetiva, o mercado acalmou. Havia receio de que a sobretaxação dos produtos importados viria logo no primeiro dia de mandato. Segundo os analistas, o aumento de impostos sobre importações é um fator inflacionário nos EUA, o que desvaloriza o dólar. Isso acaba beneficiando o real.

Outro fator foram as discussões no Fórum Econômico Mundial (WEF, na sigla em inglês), em Davos, na Suíça.

A propósito, mais de 350 líderes governamentais participaram do evento, incluindo 60 chefes de Estado e de governo — entre os quais Trump, por meio de uma ligação vídeo ao vivo para um diálogo interativo com os participantes, e Ursula von der Leyen, presidente da Comissão Europeia. Ding Xuexiang, vice-primeiro-ministro da República Popular da China; Javier Milei, presidente da Argentina; Olaf Scholz, chanceler da Alemanha; Roberta Metsola, presidente do Parlamento Europeu; Cyril Ramaphosa, presidente da África do Sul; e Pedro Sánchez, primeiro-ministro de Espanha, também estarão presentes.